

LER, ESCREVER E DIALOGAR: O JORNAL ESCOLAR COMO ALIADO DA EDUCAÇÃO

Aline Ferreira da Silva

Doutora em Sociologia e Professora no Instituto Federal de Sergipe. E-mail: aline.silva@ifs.edu.br

Victória Rocha Santos

Discente do Curso Técnico Integrado em Agronegócio do Instituto Federal de Sergipe. E-mail: vicrochaaas@gmail.com

Francielle Menezes Mesquita

Discente do Curso Técnico Integrado em Agronegócio do Instituto Federal de Sergipe. E-mail: rannycelly70@gmail.com

Resumo: O presente artigo dispõe sobre algumas reflexões a respeito do projeto de extensão intitulado Jornal “Escola sem Patifes”, implantado nos anos 2018-2019 no Instituto Federal de Sergipe, Campus Itabaiana. Diante disso, analisamos o período de um ano de implementação do projeto, de forma que destacaremos a proposta, os seus objetivos, a sua metodologia de implementação e os seus resultados. O texto está dividido em três momentos, a saber: (1) Por que “Escola sem Patifes”, no qual descrevemos a nomenclatura do jornal e a sua relação com o projeto de lei “Escola sem Partido”; (2) O jornal e o trabalho jornalístico, parte na qual discutimos a proposta metodológica do projeto; e por fim, (3) Resultados e desafios, destacando a composição das três edições do jornal e os desafios práticos e subjetivos encontrados ao longo da implementação do projeto.

Palavras-chave: Comunicação. Autonomia. Reflexão. Leitura. Escrita.

INTRODUÇÃO

O projeto Jornal “Escola sem Patifes” nasceu do interesse em promover um espaço de diálogo entre professores, alunos e servidores. Além disso, dado o contexto de deturpação e difamação da capacidade cognitiva e intelectual dos estudantes e

professores, os quais vêm sendo, nos últimos anos, taxados de sujeitos passivos, no caso daqueles, e sujeitos maléficos, no caso destes, o projeto propõe-se como veículo de contraposição a tais afirmativas, mostrando, ao contrário, a capacidade crítica e reflexiva dos alunos e a possibilidade de debates saudáveis e democráticos diante de temas diversos e divergentes.

Diante disso, adotando como metodologia o protagonismo dos alunos, o projeto tomou algumas posturas: os discentes escolheriam as pautas, coletariam as notícias e definiriam, de forma democrática, o conteúdo a ser apresentado e construído para o jornal. No entanto, todos os demais membros da comunidade escolar teriam espaços resguardados, de forma que os mesmos poderiam mandar suas dicas, escrever seus textos, suas impressões e enviar para a equipe editorial do jornal (esta formada por duas estudantes).

Além do resguardo da autonomia dos alunos, era propósito do projeto estimular os

estudantes no desenvolvimento da escrita, leitura e da capacidade de expressão. Com o contato semanal dos textos que eram enviados para publicação, bem como tendo que estudar para entender o que era um texto jornalístico e suas regras, os estudantes eram estimulados a lapidarem as suas escritas e leituras, de forma a treinarem o olhar para textos “carregados” ou incompreensíveis para os leitores.

No conjunto das atividades desenvolvidas, o chamado planejamento democrático e participativo colocava como premissa que editorial e cadernos relacionados à saúde, educação, política, economia e variedades deveriam, todos, serem definidos conforme os anseios coletivos.

Durante o período de execução do projeto o diálogo com a comunidade foi intenso: entrevistas, notícias de rua, polêmicas, avisos, dicas de leituras, dicas para o ENEM. Ao todo, três edições foram lançadas, sendo que em torno de vinte alunos foram envolvidos diretamente na confecção e outros tantos concedendo entrevistas o/ou sendo leitores.

POR QUE “ESCOLA SEM PATIFES”?

O termo “Escola sem Patifes” é uma paráfrase do projeto de Lei “Escola sem Partido”, criado em 2004 pelo Deputado Federal Erivelton Santana (do PSC, São Paulo) e que pretende ser votado pelo senado no ano de 2019, embora, em alguns Estados, leis similares já tenham sido aprovadas. A proposição de tal título vai além de um trocadilho de palavras, buscando descortinar certas perspectivas político-ideológicas que estão sendo construídas no Brasil nos últimos

anos sobre a compreensão do processo ensino-aprendizagem. Rivalizando a relação professor-aluno, o texto do Anteprojeto de Lei Federal apresenta uma visão arcaica sobre o papel do professor e a capacidade de aprendizado e reflexão do aluno. Especificamente no artigo 3º, inciso I, o texto dispõe que, no exercício de sua função, o professor: “não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidária”.

No vocabulário gramatical brasileiro, o termo cativo é usado para designar desde “pessoa sem liberdade por escravidão”, à “prisioneiro de guerra”, “preso”, “encarcerado”. Trata-se de um conceito que estabelece uma relação de dominação e exploração entre o senhor e o escravo, o oprimido e o opressor, o que encarcera e o que é encarcerado. Nestas relações não há espaço para o diálogo, para o relacionamento, para a criação de redes de solidariedade e convivência.

Na proposta legislativa, o aluno é apresentado como um sujeito passivo, como um ser de fato “sem luz” (a-luno). Ele não tem capacidade de pensar, de se posicionar, de ter uma postura autônoma ou proativa. O estudante seria tão somente um sujeito passivo, uma caixa vazia esperando ser preenchida por “ideias mundanas”, e, no caso do Projeto de Lei em questão, ideias comunistas.

Por outro lado, nesta mesma perspectiva, o Anteprojeto situa o professor como àquele que tem mentalidades e interesses

maquiavélicos. Seria um sujeito todo poderoso, articulador de um projeto de sociedade que visa doutrinar os “sem luz”, formando verdadeiros soldados para defender ideais esquerdistas, comunistas, petistas. Ao contrário da “cativez” do “a-luno”, o professor seria um racionalista, que desconsidera o ser humano que está a sua frente, pois pensa única e exclusivamente em doutriná-los conforme suas próprias convicções.

O posicionamento de tais “especialistas”, que nem são professores nem cientistas das teorias pedagógica, desconsidera (ou desconhece) a larga literatura que existe sobre o fazer didático-pedagógico do professor. Se tivessem consultado os escritos de Anísio Teixeira, por exemplo, saberiam que, desde o ano 1932, a educação, como serviço artificial e verbalista, vem sendo fortemente rechaçada. Que diferentemente da escola tradicionalista, na qual o aluno era visto como um depósito de saberes, os pressupostos teóricos de TEIXEIRA (1966) já nos ensinavam a inquietar-nos diante dos fatos e despertar o mesmo sentimento em nossos estudantes. Para ele, o professor nunca seria a figura máxima de autoridade intelectual. Afinal, a função da escola era formar sujeitos livres e não dóceis; sujeitos que questionem o passado e o presente, ao invés de aceita-los como dados; e seres humanos com ideias, senso crítico e atitudes, e não memorizadores de conhecimentos.

De lá para cá, inúmeras outras teorias sobre a educação foram criadas. Nestas, enfatiza-se o *locus* da escola como um lugar onde vidas são formadas em seus diversos aspectos. Longe de ser um espaço de consenso

e unidade, a escola apresenta-se como um cenário na qual a realidade educativa está “imersa em perplexidades, crises, incertezas, pressões sociais e econômicas, relativismo moral, dissoluções de crenças e utopias” (LIBÂNIO, 2005).

E desta forma, sendo um espaço complexo e múltiplo, é no mínimo estranho, acreditar que, em pleno século XXI, num momento em que os jovens são descritos como cada vez mais ativos, com acesso a diversas formas de conhecimento, como internet, televisão, os mesmos sejam descritos como “escravos” vulneráveis à doutrinação.

É numa perspectiva crítica à forma como o Anteprojeto de Lei Escola sem Partido compreende a relação professor-aluno e, mais especificamente, da forma como anula a capacidade intelectual e reflexiva do aluno, que propomos o “Jornal Escola sem Patifes”. Tal projeto foi inspirado em vertentes teóricas de pensadores como Frigotto (2017), Cortella (2006) e Libânio (2005). Destes autores seguiremos a máxima de que a escola é, sim, um espaço plural de ideias e os alunos não são meros espectadores de conhecimentos. Antes, são também produtores, analíticos, críticos dos saberes e conhecimentos que são passados.

Foi acreditando na ideia de sujeitos ativos que o projeto em questão se lançou na empreitada do fazer jornalismo com reflexão e autonomia. Tomando como referência a experiência relatada no livro “A Aventura de Fazer o Jornal na Escola”, do professor Carlos Carvalho (2014), o “Jornal Escola sem Patifes”, teve como proposta central estimular os alunos do Instituto Federal de Sergipe/Campus Itabaiana a lerem, refletirem,

recortarem e escreverem sobre o contexto político, social, econômico e cultural que fazem parte da sua vida estudantil. Com isso, o projeto buscou chamar atenção dos alunos a tomarem o protagonismo do processo de registrar a teia de fatos que permeiam as suas vidas, de forma que cabe aos mesmos entender a complexidade dos processos e a diversidade dos acontecimentos.

O “jornal” foi tomado como ferramenta para tal empreitada porque, assim como Carvalho (2014), acredita-se que “o jornal escolar não é um mero recurso documental, mas uma verdadeira ferramenta cultural de elaboração ativa do conhecimento no contexto escolar” (p. 13), e, como tal, tem a ver com a representação das formas e modos de ver e perceber o mundo e, assim, traduzi-lo.

O JORNAL E O TRABALHO JORNALÍSTICO

No projeto, o jornal escolar foi visto como uma ferramenta capaz de auxiliar no desenvolvimento cognitivo e atitudinal dos estudantes. Isso porque, se por um lado ele foi apreendido como um forte aliado para incentivar o gosto pela leitura, escrita e expressão do aluno, por outro, o ensinou a lidar com as diferenças, com a capacidade de tomar decisões e com a autonomia do pensamento.

O universo que contorna o processo de elaboração de um jornal consistiu, dentre outras coisas, em definir sobre como ele seria gestado, qual a linha analítica que seguiria, as ideias que pretendia passar e o público que se pretendia atingir. Durante este processo, todo o trabalho foi feito com base em inúmeras conversas, diálogos, mapeando demandas da própria comunidade. Neste momento, não coube ao professor ser protagonista das

ações, nem ao aluno um repetidor de fórmulas pré-estabelecidas. Afinal, àquela era uma situação em que nada estava dado, devendo, portanto, ser completamente construída. E foi justamente neste momento em que as ideias e opiniões se cruzaram, sem hierarquias, na procura de um fio condutor que levasse o sucesso do grupo.

Outro ponto forte que deve ser destacado entre as vantagens de se produzir um jornal escolar foi a possibilidade que o aluno ter que lidar com temáticas bem variadas: política, economia, saúde, educação, cultura, lazer, notícias, dicas, horóscopo, etc. Foram inúmeras as temáticas e conteúdos que os mesmos tiveram que se envolver. Os alunos tiveram que ser pesquisadores, inquietos, perspicazes, ávidos por sondar e diferenciar o que era apenas um fato corriqueiro ou o que poderia se tornar uma grande notícia. Eles precisaram ser criteriosos e atentos.

Nesta dinâmica, o processo de elaboração do jornal fez com que os entes envolvidos questionassem: quais eram as inquietudes de nossa comunidade? O que nós, enquanto estudantes de um instituto de formação técnica e integrada, pensamos sobre os cursos que fazemos? Quais as expectativas em relação ao futuro? Como podemos motivar os nossos pares com textos, poesias, letras de músicas? O que é polêmico e precisa ser debatido? Quais atitudes foram legais e devem ser elogiadas? Estas foram perguntas que circularam a cabeça daqueles que se dedicaram a fazer o jornal.

E depois de percorrer por tantos temas, leituras e notícias, não seria suficiente relatar os fatos como uma “receita de bolo”,

seguindo instruções e cumprindo etapas. Os alunos aprenderam que a escrita de um texto e a composição de uma sinfonia têm mais semelhança entre si do que um ditado de palavras ou uma cópia de texto. Aprenderam que era preciso ter sensibilidade para escrever, mas também muito conhecimento e domínio das regras. Aprenderam que era preciso ser tão bom em pontuação e ortografia, quanto em contar histórias e deixar o imaginário fluir.

RESULTADOS E DESAFIOS

De quando foi idealizado até o presente momento, o projeto jornal “Escola sem Patifes” trouxe uma série de resultados educacionais, culturais e sociais. Dentre estes resultados, destacamos os seguintes:

- Despertou entre os discentes envolvidos o interesse por escrever e relatar as suas manifestações e opiniões acerca da vida escolar e social.

Há décadas, um dos maiores desafios enfrentados pelo sistema educacional brasileiro diz respeito ao letramento e ao despertar do interesse de nossos estudantes para a leitura. De acordo com o Instituto Pró-Livro (2016), os brasileiros lêem em média 2,5 livros por ano, número bem pequeno se comparado aos 21 lidos pelos franceses.

Além do número de analfabetos que temos no Brasil, outro dado que corrobora para tais números é o próprio despertar do interesse pela leitura. Os jovens brasileiros não se sentem estimulados à leitura. Quando o são, a fazem mais por imposição da escola do que pela livre escolha.

A ideia de elaborar um jornal estudantil contemplou, precisamente, este objetivo:

despertar o interesse dos estudantes pela leitura para além do livro didático. A expectativa era que, sendo eles mesmos responsáveis pelo que era produzido, e sendo eles mesmos os objetos das matérias e notícias, o interesse pela leitura do jornal viria de forma voluntária.

O nosso espaço-tempo amostral ainda é muito pequeno para conclusões mais definidas, porém, é fato que tanto a confecção como a publicação das edições dos jornais estimularam alguns estudantes a desbravarem os conteúdos publicados. Como o material dispunha de narrativas sobre eles próprios, a curiosidade tornou-se uma aliada da leitura, de forma que, mesmo de maneira pontual, houve uma maior mobilização em torno da leitura do que era produzido.

E como cada edição teve um caráter muito específico, o interesse por cada edição também teve públicos específicos. No primeiro, por exemplo, estávamos no afã de divulgação da primeira edição. Caixas haviam sido espalhadas pela instituição, sugerindo que os estudantes poderiam colocar suas sugestões, reclamações, declarações, etc. A proposta foi um sucesso e houve desde recados do amor, elogios a colegas, reclamações e denúncias. O caso que mais chamou a atenção do grupo, fazendo com que pensássemos, inclusive, na pauta seguinte do próximo jornal, foi quando um informante colocou em nossa caixinha: “o meu namorado me agride”. Tal fato despertou-nos um olhar diferenciado sobre o trabalho que estávamos fazendo. Afinal, além de informar, comunicar e interter, erámos também mensageiros de problemas sociais.

- Os bastidores do jornalismo e o despertar

do gosto pela escrita

Durante a efetivação do projeto, uma das atividades desenvolvidas foi um curso de capacitação jornalística, mais precisamente o “mini curso sobre “técnicas de reportagem e entrevista”, realizado pela comunicadora social Ana Carla Rocha de Souza.

Ao ter contato com uma profissional da área da comunicação, os estudantes puderam aprender técnicas de escrita jornalística, regras sobre como realizar entrevistas, como noticiar o conteúdo, códigos de ética e respeito sobre o que colocar no jornal e como colocar. Tudo isso gerou uma certa compreensão crítica e reflexiva sobre o ato de escrever. As regras que o envolvem e as responsabilidades para quem o faz. A partir daquele momento, os estudantes puderam observar uma dimensão mais complexa sobre os códigos das linguagens, sabendo que este já não são apenas combinações de letras, mas histórias, relatos, memórias.

- Um espaço de fala, revelação e diálogo

Além das atividades formais de leitura e escrita, o jornal foi apreendido como um espaço de ideias e comunicação dessas formas de pensar. Fossem no tocante às matérias ou nos cadernos de publicação de poesias, fofocas, letras de músicas, o fato é que o Jornal “Escola sem patifes” passou a ser usado como um espaço de comunicação do que os estudantes faziam, pensavam e gostaria de divulgar. Com isso, poetas anônimos passaram a divulgar suas poesias autorais, situações de agressões e violência passaram a ser, ainda que anonimamente, denunciadas, posicionamentos políticos,

ideológicos, religiosos, passaram a ser pronunciados e mais que isso, pronunciados em suas diversas formas de entendimento e acepções, mostrando o pluralismo de ideias e pensamentos.

- Os títulos de cada edição

Conforme disposto anteriormente, ao longo do projeto conseguimos colocar três edições do jornal em circulação. Muito embora a meta tenha sido muito mais ousada que o resultado (a proposta era lançar seis edições), sabemos que os ganhos foram enormes. Afinal, diante dos muitos desafios e dificuldades que enfrentamos ao longo do desenvolvimento das atividades, nos convencemos que optar pela qualidade do que foi produzido foi mais produtivo do que optar pelo número de edições.

Tendo em vista o caráter reflexivo e analítico que nos propomos a ter desde o início do jornal, as escolhas temáticas que abordaríamos em cada edição abordaram questões social e políticas bem articuladas com a realidade enfrentada pelo Brasil e, em especial, pelos estudantes do IFS/Itabaiana. Na primeira edição, por exemplo, trouxemos como matéria de capa uma discussão sobre a censura, tendo em vista tratar-se de uma edição de apresentação do Jornal na Instituição, o mesmo iniciou-se com um texto produzido pela coordenadora do projeto. Seu título era: “Nem cativos, nem a alienados! Esta é a nossa voz. Este é o nosso espaço”. Ali, apresentamos aos nossos possíveis espectadores os propósitos e objetivos do projeto jornalístico, demarcando nossa linha editorial e nosso caráter analítico.

Nesta mesma edição, tivemos ainda o

artigo da estudante do curso integrado em agronegócio, Alyce Oliveira. Intitulado “Por que o 8 de março?”. Entre dados históricos e demarcações de eventos de luta, o texto de Alyce fez uma ponte entre a luta das mulheres no século XIX e XX e os desafios que ainda enfrentam em pleno século XXI.

Não obstante, após o olhar questionador de Alyce Oliveira, os estudantes do médio/técnico Antônio Fagner Santos e Vitória Maria da Silva convidaram os leitores do Jornal “Escola sem Patifes” a refletirem sobre o período da Ditadura Militar no Brasil e se deveríamos “Comemorar ou decretar luto?”. Intercalando presente e passado, o texto nos fez pensar sobre questões polêmicas como: a ditadura no Brasil teria sido mais amena se comparada aos regimes militares de outros países? Quantas mortes são necessárias para se condierar um fato histórico como opressor?

Não menos intensa, a edição número dois do Jornal trouxe como matéria de capa as manifestações dos estudantes contra o contingenciamento das verbas para a educação. Com a cobertura da estudante do integrado em agronegócio, Jade Mel, a matéria relatou o cenário de mobilizações que se deu entre o anúncio do corte de 30% do orçamento educacional e as manifestações dos alunos dentro e fora da escola. Diante da efervescência dos fatos e dos diversas formas de interpretar a situação, nesta mesma edição convidamos dois estudantes do curso de graduação em Ciência da Computação para comentar sobre os seus posicionamentos a respeito do novo governo brasileiro. O objetivo era contemplar posicionamentos dos defensores do atual governo, bem como dos

críticos do bolsonarismo.

Em meio aos polêmicos temas, a edição dois abriu espaço para temáticas mais leves que contemplaram desde poesias e homenagens à professor, até dicas de saúde e de redação para o ENEM.

Por fim, chegamos à terceira edição. Esta, prevalecentemente, dedicada ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), em virtude da proximidade com o processo seletivo. Para tanto, nos valem de duas propostas: a primeira, motivacional; a segunda, conteudista. No que tange ao propósito motivacional, entrevistamos alunos e ex alunos do IFS/Campus Itabaiana que agora cursam o ensino superior e escolhemos histórias de vida de luta e superação de alunos para divulgação em forma de crônica ou palavras de inspiração.

Já no que se refere à abordagem conteudista para o ENEM, os colaboradores do jornal foram eficazes ao trazerem paródias de conteúdos das diversas áreas dos saberes, dicas sobre documentação, materiais, alimentação pré e durante ENEM, bem como as super dicas do professor de Língua Portuguesa.

- Os maiores desafios

Sem dúvida alguma, o desenvolvimento de um projeto que envolve leitura, escrita e adolescentes não é algo fácil de se fazer. Primeiro, porque não somos um povo habituado à leitura; segundo, porque sem leitura não existe a produção de bons textos; e terceiro, não se constrói o interesse pela leitura de uma hora pra outra. Vivemos em uma sociedade que estimula o que é rápido, o que é fácil, o que é simplificado.

Diante disso, o processo de produção de texto e o voluntarismo para escrevê-los foi uma experiência desgastante. De um modo geral, os estudantes estavam mais interessados em fazer parte de atividades com caráter lúdico ou prático, mas no que tange à produção textual ou ao processo de pesquisa para a produção do mesmo, não. A sensação era de que este processo apresentava-se aos participantes do projeto como uma atividade “chata” ou desinteressante, sobretudo quando se tratava de textos mais “burocráticos”, como era o caso de textos de caráter dissertativos.

Agregado a estes fatores, a elevadíssima quantidade de disciplinas e carga-horária dos estudantes dos cursos integrados funcionou como um grande desafio para o desenvolvimento das atividades. Os estudantes já tinham muitas atividades a serem executadas e muitos conteúdos a serem aprendidos. Por isso, o jornal não poderia ser uma tarefa que exigisse tanto tempo. Contudo, como pesquisar, selecionar e produzir textos sem o devido tempo?

A solução que encontramos foi fazer com que cada um contribuísse da forma que pudesse, com o texto que sentisse vontade de escrever. Esta estratégia foi boa por um lado porque permitiu que o jornal tivesse uma diversidade de colaboradores e enviados. Porém, também foi um empecílio para a concretização de um trabalho com possibilidades de evolução e análise dos resultados. Não houve a possibilidade de amadurecer um perfil de escrita, de observar se os estudantes estavam conseguindo captar às regras da escrita jornalística ou não.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como bem nos ensinou o educador Paulo Freire, a educação só se desenvolve quando significativa para os seus espectadores. É preciso fazer sentido para que seja sentida. Este tem sido o propósito do jornalismo em sala de aula, ou seja, fazer com que os nossos estudantes despertem o gosto pela leitura e pela escrita não porque sejam obrigados a fazê-los, mas sim, porque sentiram-se convidados e instigados a isto.

Quando a possibilidade da escrita dialoga com o sentido do fazer escrever, o sujeito que o conduz liga-se à esta tarefa por um interesse maior. Neste caso, ele escreve porque quer passar uma mensagem, porque quer ser lido, entendido. Por outro lado, quem o lê também o faz porque se sente interessado pelo conteúdo que quer compreender, posto que trata-se de sua própria vida e dos que fazem parte da rede de sociabilidade.

Assim, a experiência do jornal escolar tem servido como meio de pôr em prática tudo aquilo que carecemos e pelo que lutamos: o despertar do gosto da leitura e da escrita, de uma leitura e de uma escrita que carregue em si referenciais significativos.

REFERÊNCIAS

CORTELLA, M. S. A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2006.

COSTA, C. C. A aventura de fazer o jornal na escola. 2014. Disponível em: <<http://erte.dge.mec.pt/publico/jornaiscolares/edsdigitaisAaventura/AaventurAdefazerojornalnaescola.pdf>>

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, G.. **Escola “sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LLP. 2017.

LIBÂNEO, J. C. **As Teorias Pedagógicas Modernas Revisitadas pelo Debate Moderno Contemporâneo na Educação**. in: LIBÂNEO, José Carlos; SANTOS, Akiko (orgs.). Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade. Campinas: Alínea, 2005.

TEIXEIRA, A. **O problema da formação do magistério**. Documenta, (62): 5-15, nov., 1966.